Insolvência, processos penais e prejuízos dos bancos

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A gestão judicial como instrumento de primeira escolha

Nos três casos, os tribunais recorreram à gestão judicial (judicial management), o procedimento de Singapura em que um profissional de insolvência independente assume a administração de uma sociedade para preservar seu negócio ou obter uma realização melhor do que a de uma liquidação. O procedimento era adequado a casos de suspeita de fraude porque afastava de imediato a administração existente. Conferia aos gestores judiciais poderes para investigar, apreender documentos e identificar ativos enquanto a moratória protegia a massa. No caso Agritrade, os bancos usaram as alegações de fraude para derrubar o próprio pedido de moratória da devedora e obter a gestão judicial sob controle independente. No caso ZenRock, um banco credor fez o pedido diretamente. No caso Hin Leong, a própria empresa pediu proteção, embora o controle tenha passado prontamente para a PwC.

O Insolvency, Restructuring and Dissolution Act 2018 entrou em vigor em 30 de julho de 2020, depois de feitas as três nomeações. Consolidou as disposições sobre gestão judicial, schemes of arrangement e liquidação que até então constavam do Companies Act.[1] As nomeações de 2020 regeram-se, portanto, pelas disposições

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

anteriores, enquanto as fases posteriores dos casos, inclusive as liquidações, tramitaram sob a nova lei. Para os fins deste capítulo, basta que o regime tenha dado aos credores acesso rápido a um controle independente na crise de 2020.

Prejuízos e a retirada dos bancos

Os prejuízos dos bancos apareceram quase de imediato em seus resultados trimestrais. O HSBC registrou perdas de crédito esperadas de US$ 3 bilhões no primeiro trimestre de 2020 e atribuiu parte do aumento a uma provisão significativa relativa a uma exposição corporativa em Singapura. O ABN Amro mencionou um possível caso de fraude em Singapura como um de dois casos excepcionais que responderam por perdas por redução ao valor recuperável de € 460 milhões. Mais tarde, o ABN Amro retirou-se inteiramente do financiamento ao comércio e às commodities. O Société Générale, o BNP Paribas e outros credores consolidaram ou reduziram sua atividade no setor.[2]

A Monetary Authority of Singapore percebeu o perigo de uma retirada indiscriminada. Em comunicado de 21 de abril de 2020, exortou os bancos a não reduzir riscos de forma indiscriminada e a aplicar análises de crédito criteriosas a cada tomador. O alerta não conseguiu impedir uma contração do crédito para as tradings menores. Tradings de Hong Kong relataram que os bancos haviam restringido da noite para o dia o crédito a empresas de energia depois dos casos de Singapura e que tiveram de reduzir suas metas de negociação. As grandes trading companies, ao contrário, beneficiaram-se de uma fuga para a qualidade, pois os bancos concentraram suas linhas nos nomes mais sólidos.[3]

Dois anos depois, as autoridades descreviam o mercado como estável. Em maio de 2022, o Senior Minister responsável pela MAS informou ao Parlamento que a exposição dos bancos de Singapura ao financiamento de commodities era de S$ 109 bilhões no fim de 2021, cerca de 9% de sua exposição total de crédito, e que as condições de financiamento para as tradings continuavam estáveis.[4] Fontes do setor relatavam na época um mercado dividido, no qual as grandes tradings obtinham lucros recordes e acesso fácil a financiamento, enquanto as pequenas e médias empresas enfrentavam dificuldades.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os outros casos de 2020

Os três casos discutidos neste capítulo foram os maiores de uma série. Em julho de 2020, o CIMB requereu a gestão judicial da Hontop Energy, alegando que a empresa havia "concocted and masterminded complex synthetic transactions" para obter financiamento ao comércio. O CIMB buscava recuperar pouco menos de US$ 105 milhões, enquanto a Hontop devia mais de US$ 468 milhões a outros bancos. Alegações de duplo financiamento ou de operações fabricadas também foram feitas em relação à Sugih Energy e a outras tradings. Fora de Singapura, alegações de fraude seguiram-se aos colapsos da GP Global e da Phoenix Commodities, nos Emirados Árabes Unidos. O efeito acumulado foi uma crise de confiança na base documental do financiamento de commodities, que foi muito além de qualquer tomador individual.[5]

Bancos contra contrapartes

Quando a tomadora estava insolvente, os bancos buscaram recuperar valores de outros participantes da cadeia de operações. A massa da Hin Leong deu origem a uma série desses casos. O UniCredit havia emitido uma carta de crédito para a compra de óleo combustível da Glencore pela Hin Leong em novembro de 2019, em uma venda com recompra que servia como financiamento de capital de giro. A Hin Leong ocultou então a revenda do banco. Em 2022, a High Court rejeitou todos os pedidos do UniCredit contra a Glencore. Em 27 de novembro de 2023, a Court of Appeal negou provimento ao recurso quanto ao pedido remanescente por dolo (deceit), por não constatar declaração falsa da Glencore nem nexo causal. O banco poderia ter exigido a entrega dos conhecimentos de embarque e assumiu o risco ao não fazê-lo.[6]

Os bancos que haviam se recusado a pagar tiveram mais sucesso. A Winson Oil processou o Standard Chartered e o OCBC por mais de US$ 60 milhões com base em duas cartas de crédito relativas a cargas de gasóleo vendidas à Hin Leong em março de 2020. Os bancos haviam recusado o pagamento. Em agosto de 2023, a High Court concluiu que os documentos eram forjados, que as cargas já haviam sido vendidas a terceiros e que a operação circular, que ia da Hin Leong, passando pela

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Trafigura e pela Winson, de volta à Hin Leong, havia sido pré-estruturada desde o início. A Court of Appeal negou provimento ao recurso da Winson em agosto de 2024. Entendeu que a indiferença imprudente quanto à autenticidade dos documentos equivalia a fraude para fins da exceção de fraude, o que não considerou uma ampliação dessa exceção. O fato de a Winson não ter pedido à Hin Leong ou à Ocean Tankers provas do carregamento demonstrava "abject indifference".[7]

Bancos contra armadores

Uma segunda via de recuperação levou aos armadores que haviam entregado a carga sem a apresentação dos conhecimentos de embarque originais, em geral contra uma carta de indenização (letter of indemnity). Em 2022, a High Court remeteu a julgamento um pedido do Standard Chartered contra a Maersk relativo a uma carga de cerca de US$ 6,1 milhões financiada para a Hin Leong. Também negou ao OCBC um julgamento sumário contra os proprietários do navio-tanque *STI Orchard*. O UOB teve êxito. A Maersk Tankers havia descarregado gasóleo que a Hin Leong comprara da Winson no início de 2020 contra uma carta de indenização, sem a apresentação dos conhecimentos de embarque originais. Em novembro de 2024, a High Court condenou a Maersk a pagar US$ 39 milhões ao UOB. Em 5 de setembro de 2025, a Court of Appeal negou provimento ao recurso da Maersk e entendeu que um banco que detém os conhecimentos de embarque originais adquire os direitos que eles conferem por força de lei, quaisquer que sejam seus motivos para recebê-los.[8]

O auditor

Os liquidantes da Hin Leong também processaram a Deloitte, auditora da empresa de 2003 a 2020. Em 16 de julho de 2026, a Court of Appeal extinguiu sumariamente o maior pedido, relativo a US$ 2,6 bilhões de perdas de trading incorridas entre 2015 e 2020. Entendeu que as perdas eram remotas demais em relação ao trabalho de um auditor legal. O crédito que os pareceres de auditoria sem ressalvas haviam ajudado a obter não causou, por si só, prejuízo, porque cada novo passivo era compensado pelos recursos que a empresa recebia. Tampouco poderia o auditor saber como esses

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

recursos seriam usados. Prosseguem os pedidos relativos a cerca de US$ 90 milhões de dividendos supostamente declarados de forma indevida em 2017 e 2018 e a honorários de auditoria de cerca de US$ 612.000.[9] O tribunal deixou em aberto se um auditor tem deveres para com os credores. Para os financiadores, a decisão confirma que um parecer de auditoria não transfere o risco de crédito do banco para o auditor.

A resposta penal

Os tribunais criminais trataram as fraudes como crimes contra o próprio centro financeiro. A pena de vinte anos para a diretora financeira da Agritrade e a de dezessete anos e meio para o fundador da Hin Leong refletem essa visão. A acusação no caso Hin Leong argumentou que os crimes haviam afetado os serviços financeiros de Singapura e potencialmente minado a confiança em seu setor petrolífero. Observou que o montante envolvido só era superado pelo do caso Agritrade, no qual a diretora financeira não havia sido a mentora.[10] O raciocínio é peculiar. O tribunal que fixou a pena ponderou o dano ao banco individual e também o dano à reputação do mercado, que em um centro financeiro é um bem público. O recurso impôs limites a essa abordagem. Em março de 2026, a High Court entendeu que o juiz distrital havia dado peso excessivo ao argumento sobre a confiança pública no setor de trading de petróleo e reduziu a pena em conformidade.[11]

Equívoco comum

Os colapsos de 2020 são frequentemente atribuídos à queda do preço do petróleo e à pandemia. A queda expôs fraudes que já tinham anos. As demonstrações falsificadas da Agritrade remontavam a 2017. O Commercial Affairs Department havia feito buscas em seu escritório em janeiro de 2020, antes do colapso dos preços. Os gestores judiciais da Hin Leong descreveram anos em que novos empréstimos financiavam perdas antigas. Um choque de mercado encurta a vida de uma fraude que depende de preços em alta e de crédito novo contínuo. A falha subjacente estava em documentos que ninguém conferia com dados independentes.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. Insolvency, Restructuring and Dissolution Act 2018 (Act 40 of 2018), em vigor desde 30 de julho de 2020. ↩
2. GTR, 20 de maio de 2020 (acima): perdas de crédito esperadas do HSBC de US$ 3 bilhões no primeiro trimestre de 2020, incluindo "a significant charge related to a corporate exposure in Singapore"; o ABN Amro mencionou "a potential fraud case in Singapore" como um de dois casos excepcionais que responderam por € 460 milhões em perdas por redução ao valor recuperável – GTR, 14 de outubro de 2020 (acima): Société Générale, BNP Paribas e ABN Amro consolidando, limitando ou abandonando o financiamento de commodities; GTR, "Swiss banks take on fraud with tough commodity finance standards", 3 de novembro de 2021: ABN Amro e BNP Paribas saíram inteiramente do financiamento ao comércio e às commodities. ↩
3. GTR, 20 de maio de 2020 (acima): comunicado da MAS de 21 de abril de 2020 exortando os bancos "not to de-risk indiscriminately"; "banks are expected to apply judicious credit assessments on individual borrowers" – GTR, "Hong Kong oil traders unable to obtain finance after Singapore fraud scandal", 21 de outubro de 2020: NewOcean Energy e Strong Petrochemical apontaram os casos de fraude de Singapura como prejudiciais ao acesso ao crédito bancário; a NewOcean afirmou que os bancos restringiram da noite para o dia o crédito a empresas de energia; a Strong Petrochemical reduziu sua meta anual de negociação; executivos da Glencore descreveram a redução de riscos pelos bancos como "a flight to quality". ↩
4. GTR, "Singapore authorities say commodity finance 'stable' amid growing market concerns", 11 de maio de 2022: exposição dos bancos de Singapura ao financiamento de commodities de S$ 109 bilhões (US$ 79 bilhões) no fim de 2021, cerca de 9% da exposição total de crédito; os contatos da Enterprise Singapore indicam que as condições "remain stable"; a MAS não vê necessidade de fornecer liquidez às empresas de commodities. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

5. GTR, “Singapore oil trader Hontop faces fraud claims: what went wrong?”, 22 de julho de 2020: o CIMB requereu a gestão judicial da Hontop no início de julho de 2020; alegação de que a Hontop “concocted and masterminded complex synthetic transactions”; o CIMB buscava pouco menos de US$ 105 milhões; a Hontop devia mais de US$ 468 milhões a outros bancos – GTR, 21 de outubro de 2020 (acima): ZenRock, Sugih Energy, Hontop e outras enfrentaram acusações de duplo financiamento ou de operações falsas – GTR, 3 de novembro de 2021 (acima): alegações de fraude também se seguiram às quedas da Phoenix Commodities (Emirados Árabes Unidos) e da GP Global. ↩

6. GTR, “Court rejects UniCredit’s second try at fraud win against Glencore”, 29 de novembro de 2023: acórdão da Court of Appeal de 27 de novembro de 2023 (Sundaresh Menon CJ); o UniCredit buscava US$ 37,2 milhões; a Hin Leong requereu a carta de crédito em novembro de 2019 para 150.000 toneladas de óleo combustível da Glencore em uma venda com recompra; todos os seis pedidos rejeitados em primeira instância em 2022; sem declaração, sem nexo causal, sem intenção fraudulenta. ↩

7. GTR, “Singapore trader presented fraudulent documents to Standard Chartered, OCBC, court finds”, 21 de agosto de 2023: a Winson pleiteou mais de US$ 60 milhões por duas cargas de gasóleo vendidas à Hin Leong em março de 2020; as cópias dos conhecimentos de embarque pareciam forjadas e assinadas por funcionários da Hin Leong; a operação circular Hin Leong–Trafigura–Winson–Hin Leong era “pre-structured… from the start” – GTR, “Commodity trader loses appeal in Singapore LC fraud case”, 21 de agosto de 2024: a Court of Appeal negou provimento ao recurso da Winson; imprudência reconhecida sem ampliar a exceção de fraude; os sinais de alerta incluíam novas faturas e cartas de indenização, pedidos de pagamento sem documentos de carregamento ou inspeção e recusa de recompra; o fato de não ter pedido à Hin Leong ou à Ocean Tankers provas do carregamento demonstrava “abject indifference”. ↩

8. GTR, “Analysis: Banks face trickier fights against shipowners to recover commodities losses”, 1º de novembro de 2022: Standard Chartered v Maersk

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

(High Court, 2022), julgamento sumário anulado quanto à suposta entrega indevida de US$ 6,1 milhões de petróleo financiado para a Hin Leong; julgamento sumário negado ao OCBC contra a Scorpio Tankers, proprietária do *STI Orchard* – GTR, "Maersk loses appeal in US$39mn Hin Leong misdelivery case", 8 de setembro de 2025: sentença da High Court em favor do UOB em novembro de 2024; a Court of Appeal negou provimento ao recurso em 5 de setembro de 2025; a Maersk deve pagar US$ 39 milhões; a intenção do UOB ao adquirir os conhecimentos não altera os direitos adquiridos por força de lei; foi rejeitada uma dedução de valores recuperados dos liquidantes da Hin Leong. ↩

9. GTR, "Deloitte not liable for US$2.6bn in Hin Leong trading losses, court rules", 17 de julho de 2026: a Court of Appeal (cinco juízes, acórdão redigido por Ang Cheng Hock JCA) extinguiu sumariamente em 16 de julho de 2026 o pedido relativo a US$ 2,6 bilhões de perdas de trading de 2015 a 2020 por ser "too remote"; prosseguem os pedidos relativos a US$ 90 milhões de dividendos declarados em 2017 e 2018 e a US$ 612.000 de honorários de auditoria; a concessão de crédito, por si só, não causou prejuízo porque os passivos adicionais eram compensados por ativos adicionais, e a Deloitte não poderia saber como os recursos tomados eram usados; a Deloitte auditou a Hin Leong de 2003 a 2020; a questão de saber se um auditor tem deveres para com os credores foi deixada em aberto. ↩

10. GTR, 18 de novembro de 2024 (acima): a acusação argumentou que os montantes eram "quite unprecedented" na história criminal de Singapura e que os crimes afetaram os serviços financeiros de Singapura e potencialmente minaram a confiança em seu setor petrolífero; o montante só era superado pelo do caso Agritrade de Lulu Lim, embora ela não tenha sido considerada a "mastermind" do esquema. ↩

11. *The Star*, 31 de março de 2026 (acima): a High Court concluiu que o juiz distrital havia dado peso excessivo ao argumento da acusação de que os crimes minaram a confiança pública no setor de trading de petróleo. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com